

Aula 25 – Regulação Bancária: Basileia III e suas Implicações



Imagine um mundo onde os bancos pudessem operar sem regras claras, sem um "colchão" de segurança para absorver choques inesperados. A história nos mostra que essa liberdade excessiva pode levar a crises financeiras devastadoras, com impactos que se estendem muito além do setor bancário, afetando empregos, investimentos e a vida de milhões de pessoas. A crise financeira global de 2008 foi um doloroso lembrete dessa realidade, expondo fragilidades profundas no sistema financeiro mundial.

Foi nesse cenário de incerteza e necessidade de reconstrução da confiança que surgiu Basileia III, um conjunto de reformas regulatórias ambiciosas. Mais do que um mero ajuste, Basileia III representou uma reengenharia fundamental na forma como os bancos são supervisionados e como gerenciam seus riscos. Compreender Basileia III não é apenas dominar um conceito técnico; é entender a espinha dorsal da estabilidade financeira moderna e como ela afeta desde as grandes instituições globais até o crédito que você busca para sua casa ou negócio.

Nesta aula, vamos mergulhar nas lições aprendidas com a crise de 2008 e como elas moldaram as respostas regulatórias. Exploraremos os pilares de Basileia III, focando no fortalecimento da qualidade e quantidade de capital, na introdução de buffers de capital e nos cruciais índices de liquidez, como o LCR e o NSFR. Ao final, você será capaz de identificar os principais componentes de Basileia III, analisar seus desafios de implementação e compreender o cenário atual, que muitos já chamam de "Basileia IV", conectando esses conceitos à gestão de riscos financeiros no dia a dia.

O Despertar Pós-Crise: As Lições de 2008



A crise financeira de 2008, que teve seu epicentro no mercado de hipotecas subprime dos Estados Unidos, foi um divisor de águas para a regulação bancária global. Antes dela, muitos acreditavam que os mecanismos de controle existentes eram suficientes para conter os riscos. No entanto, a interconexão do sistema financeiro, a complexidade dos produtos derivativos e a alavancagem excessiva de muitas instituições revelaram uma vulnerabilidade sistêmica que poucos haviam previsto em sua total dimensão.

- ☐ **O Efeito Dominó:** O que começou como um problema em um nicho do mercado imobiliário rapidamente se espalhou, como um vírus, para todo o sistema financeiro global. Bancos que pareciam sólidos viram seus balanços corroídos por ativos "tóxicos", a confiança entre as instituições evaporou, e o crédito, o oxigênio da economia, parou de fluir.

Governos ao redor do mundo foram forçados a intervir com resgates bilionários para evitar um colapso ainda maior, evidenciando que a falha de um grande banco poderia ter consequências catastróficas para todos.

Lições Fundamentais da Crise

Mais Capital

Os bancos precisavam de mais capital, de melhor qualidade, para absorver perdas inesperadas.

Liquidez Crítica

A capacidade de honrar compromissos de curto prazo se mostrou um ponto fraco crítico.

Supervisão Sistêmica

A supervisão precisava focar não apenas na saúde individual, mas nos riscos de todo o sistema.

Basileia I e II: O Caminho até a Crise

Antes de mergulharmos em Basileia III, é fundamental entender o contexto dos acordos anteriores, Basileia I e Basileia II, que pavimentaram o caminho para a regulação bancária moderna. O Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), um fórum de autoridades de supervisão bancária de diversos países, foi criado em 1974 e tem sido o principal motor dessas iniciativas. Seu objetivo sempre foi fortalecer a regulação, a supervisão e as práticas de gestão de risco dos bancos globalmente.

Basileia I (1988)

Basileia I foi o primeiro grande marco, estabelecendo requisitos mínimos de capital para bancos internacionais. Sua principal inovação foi a introdução do conceito de "capital regulatório" e a exigência de que os bancos mantivessem um mínimo de **8% de capital** em relação aos seus ativos ponderados pelo risco (APR).

Embora tenha sido um avanço, Basileia I era relativamente simplista, focando principalmente no risco de crédito e não diferenciando suficientemente entre os tipos de risco.

Apesar de sua sofisticação, a crise de 2008 expôs falhas significativas em Basileia II. Os modelos internos dos bancos, por exemplo, muitas vezes subestimavam os riscos, e a qualidade do capital nem sempre era robusta o suficiente para absorver perdas massivas.

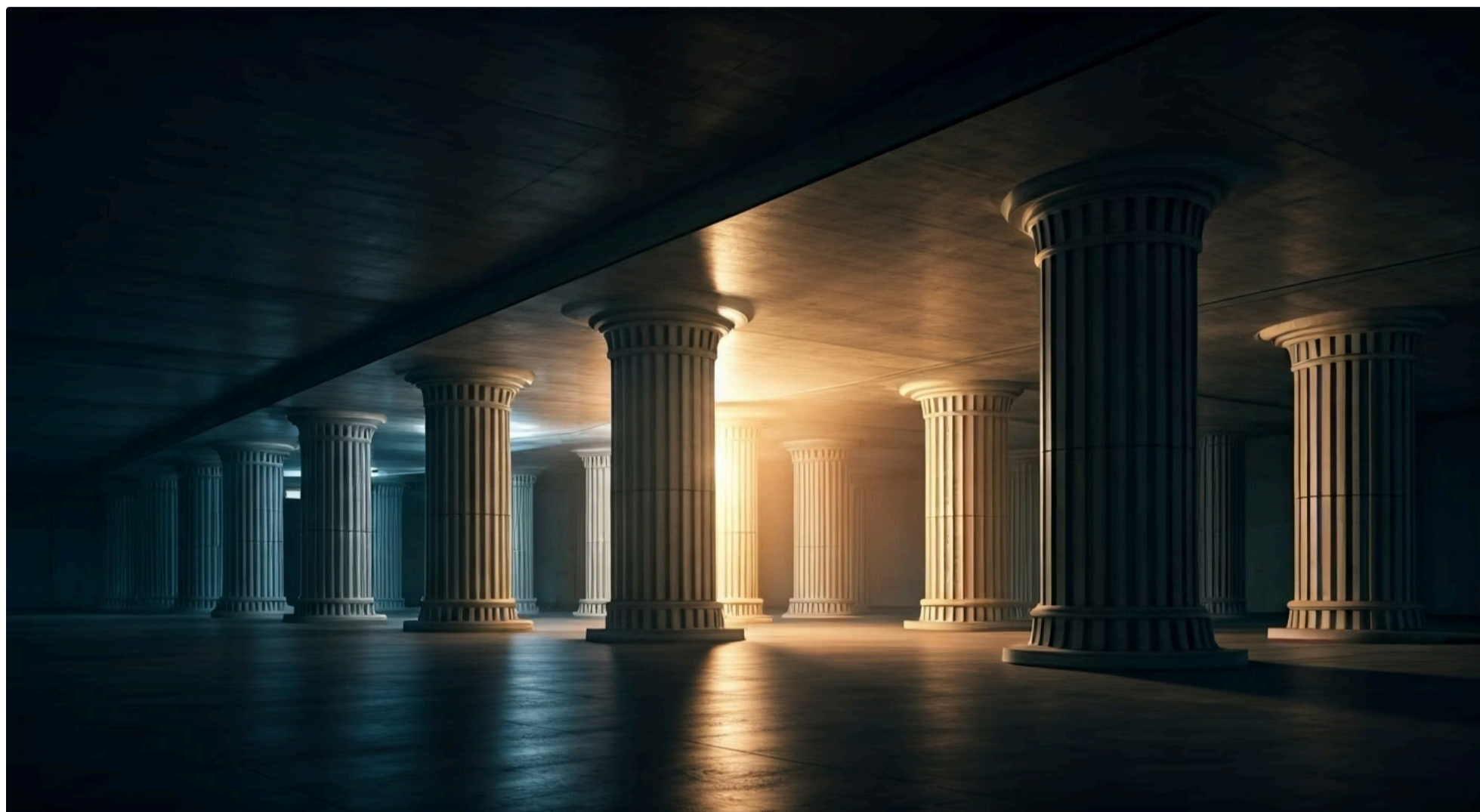
A crise mostrou que, embora a estrutura fosse mais avançada, ela ainda não era à prova de choques sistêmicos, exigindo uma nova e mais rigorosa resposta regulatória.

Basileia II (2004)

Basileia II buscou corrigir as deficiências de seu predecessor, introduzindo uma abordagem mais sofisticada e baseada em três pilares:

1. **Pilar 1:** Requisitos Mínimos de Capital (expandiu para risco operacional e de mercado)
2. **Pilar 2:** Revisão do Processo de Supervisão
3. **Pilar 3:** Disciplina de Mercado (transparência)

Basileia III: O Novo Pilar da Estabilidade Financeira



A crise de 2008 deixou claro que o sistema financeiro global precisava de uma reforma mais profunda do que Basileia II poderia oferecer. Foi nesse contexto de urgência e necessidade de restauração da confiança que o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) desenvolveu Basileia III, um conjunto abrangente de reformas com o objetivo primordial de fortalecer a regulação, a supervisão e a gestão de riscos no setor bancário. Pense em Basileia III como um conjunto de novas regras de engenharia para construir edifícios mais seguros após um terremoto devastador.

Objetivos Principais de Basileia III



Absorver Choques

Melhorar a capacidade do setor bancário de absorver choques decorrentes de estresse financeiro e econômico, independentemente da fonte.



Gestão de Riscos

Melhorar a gestão de riscos e a governança dos bancos.



Transparência

Fortalecer a transparência e a disciplina de mercado.

Para alcançar esses objetivos, Basileia III introduziu uma série de medidas que podem ser agrupadas em três grandes áreas: requisitos de capital mais rigorosos, novas regras de liquidez e um foco renovado na alavancagem. A ideia central era garantir que os bancos tivessem capital suficiente e de alta qualidade para absorver perdas, e liquidez adequada para continuar operando mesmo em momentos de estresse, evitando a necessidade de resgates públicos.

- ❑ **Perspectiva Macroprudencial:** Essa nova estrutura não apenas elevou os padrões para os bancos individualmente, mas também introduziu uma perspectiva macroprudencial, ou seja, a preocupação com a estabilidade de todo o sistema financeiro.

Fortalecimento do Capital: Qualidade e Quantidade

Um dos pilares mais importantes de Basileia III é o fortalecimento do capital dos bancos, tanto em termos de **qualidade** quanto de **quantidade**. A crise de 2008 revelou que muitos bancos tinham capital insuficiente ou capital de baixa qualidade que não conseguia absorver perdas de forma eficaz. Basileia III veio para mudar isso, exigindo que os bancos tivessem um "colchão" financeiro mais robusto e confiável.



Common Equity Tier 1 (CET1)

A principal inovação foi o foco no **Common Equity Tier 1 (CET1)**, que representa o capital de maior qualidade de um banco. Ele é composto principalmente por ações ordinárias e lucros retidos, ou seja, o capital que realmente pertence aos acionistas e que pode ser usado para absorver perdas sem acionar uma falência. Basileia III elevou o requisito mínimo de CET1 de 2% (em Basileia II) para **4,5%** dos ativos ponderados pelo risco (APR).

01

CET1: 4,5% dos APR

Capital de maior qualidade - ações ordinárias e lucros retidos

02

Capital Tier 1: 6% dos APR

Inclui CET1 + outros instrumentos que absorvem perdas em continuidade

03

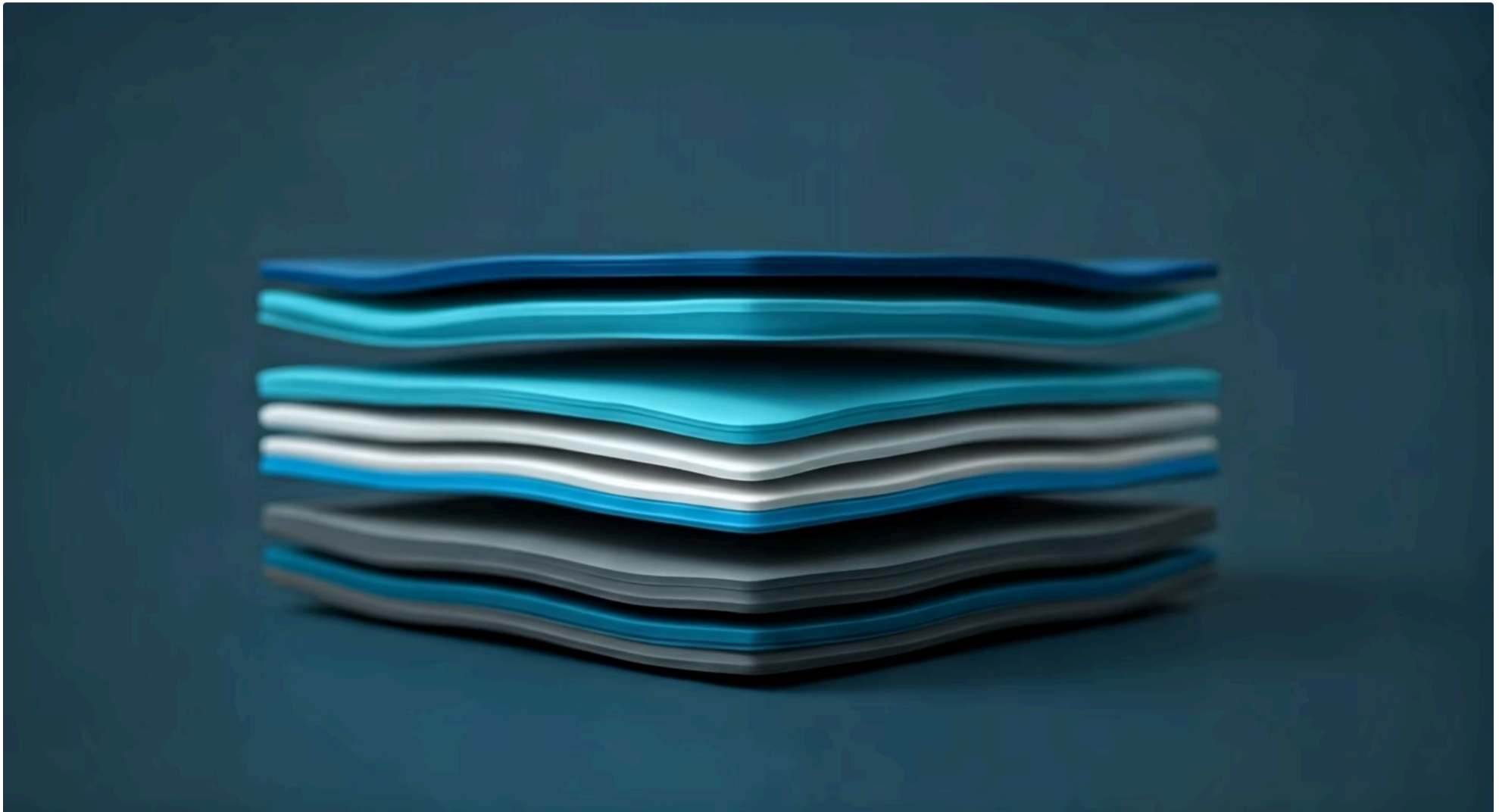
Capital Total: 8% dos APR

Inclui Tier 1 + Tier 2 (absorve perdas em liquidação)

Analogia: Pense nisso como a construção de uma casa: o CET1 é a fundação mais sólida, feita de concreto armado, que sustenta toda a estrutura. O Capital Tier 1 seria a estrutura principal da casa, e o Capital Total incluiria também elementos secundários, mas ainda importantes para a segurança geral.

Os Buffers de Capital: Amortecedores para Tempos Difíceis

Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III introduziu os chamados **buffers de capital**, que funcionam como camadas extras de proteção. Imagine-os como airbags adicionais em um carro: eles não são necessários para a operação normal, mas são cruciais em caso de colisão para proteger os ocupantes. Esses buffers são projetados para garantir que os bancos tenham capital extra para absorver perdas em períodos de estresse econômico, sem comprometer suas operações essenciais ou a estabilidade do sistema.



Buffer de Conservação de Capital (CCB)

Este buffer exige que os bancos mantenham um capital adicional de **2,5%** dos APR em CET1. O objetivo é garantir que os bancos acumulem capital em tempos de bonança, que pode ser usado para absorver perdas em períodos de estresse.

Se um banco não mantiver esse buffer, ele enfrentará restrições na distribuição de lucros (pagamento de dividendos, bônus, etc.), incentivando-o a reconstruir seu capital.

Analogia: É como ter uma poupança de emergência que você só pode tocar em caso de necessidade real, e se tocar, precisa repor rapidamente.

Buffer de Capital Contracíclico (CCyB)

Este buffer varia de **0% a 2,5%** dos APR em CET1 e é ativado pelas autoridades nacionais quando há um crescimento excessivo do crédito que pode levar a um acúmulo de risco sistêmico.

O CCyB visa proteger o sistema bancário de períodos de expansão excessiva do crédito, que muitas vezes precedem crises financeiras. Ao exigir mais capital em tempos de "boom", ele desestimula o crédito excessivo e cria um colchão extra para quando a economia desacelerar.

Analogia: É como um freio que se aperta automaticamente quando o carro está acelerando demais em uma descida perigosa.

Esses buffers, somados aos requisitos mínimos de capital, elevam significativamente o capital total que um banco deve manter, tornando o sistema financeiro muito mais resiliente a choques inesperados.

Alavancagem e Risco Sistêmico: O Foco nos Grandes Bancos

A crise de 2008 também revelou que, mesmo com requisitos de capital baseados em risco, alguns bancos podiam se alavancar excessivamente, assumindo grandes volumes de dívida em relação ao seu capital. Essa alavancagem excessiva amplifica as perdas em tempos de estresse, tornando os bancos mais vulneráveis. Para combater isso, Basileia III introduziu o **Índice de Alavancagem (Leverage Ratio)**.

Índice de Alavancagem

O Índice de Alavancagem é uma medida simples e não baseada em risco, que atua como um "backstop" para os requisitos de capital ponderados pelo risco. Ele calcula a relação entre o Capital Tier 1 de um banco e sua exposição total (ativos e itens fora do balanço).

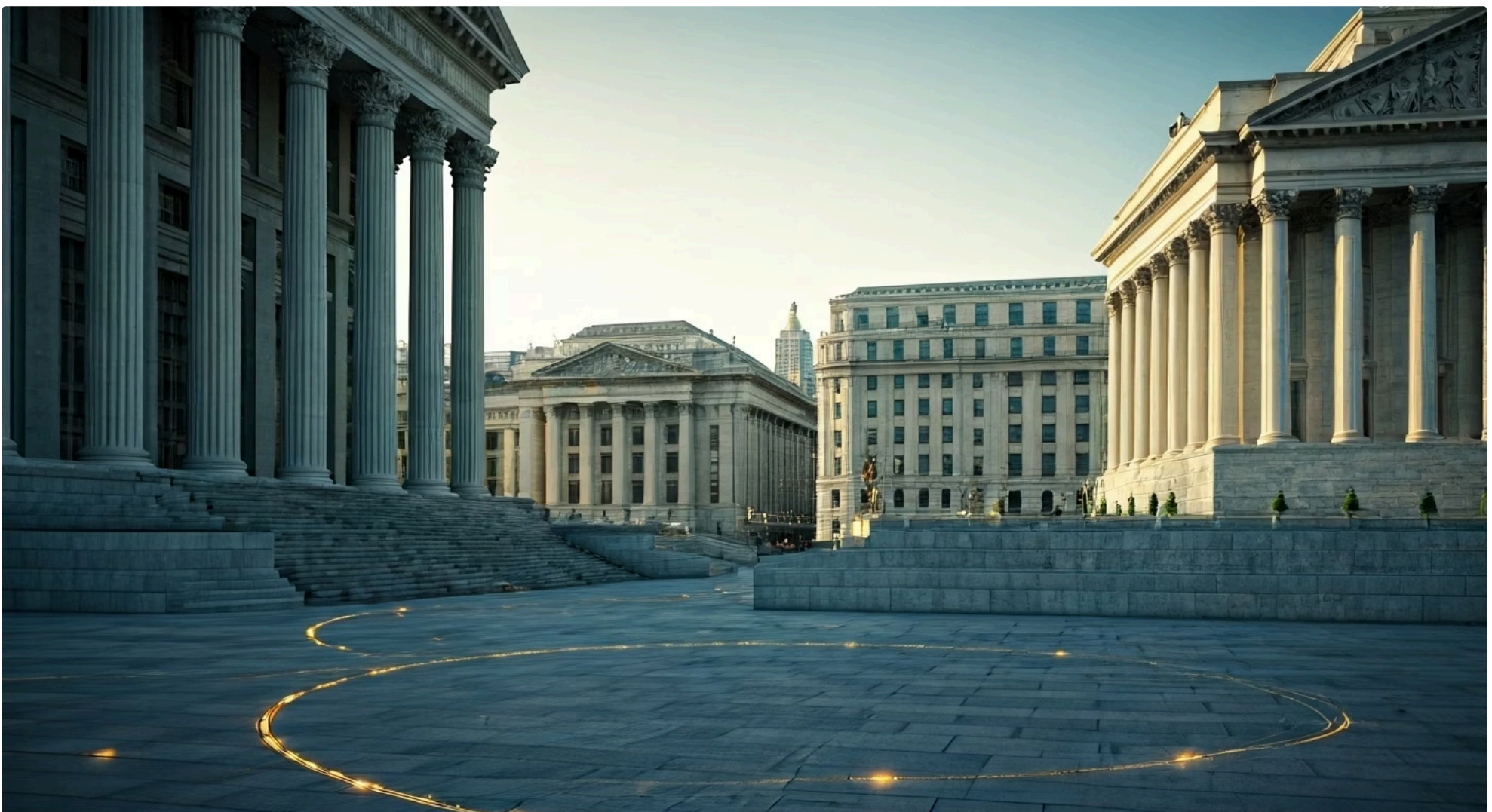
Requisito mínimo: 3%

Por que é importante?

A simplicidade desse índice é sua força: ele impede que os bancos se tornem excessivamente alavancados, independentemente da sofisticação de seus modelos de risco.

Pense nele como uma regra básica de segurança: não importa o quão inteligente você seja em calcular riscos, você não pode empilhar mais de X caixas em uma prateleira.

Bancos Globalmente Sistemicamente Importantes (G-SIBs)



Além disso, Basileia III dedicou atenção especial aos **Bancos Globalmente Sistemicamente Importantes (G-SIBs)**. Estes são bancos tão grandes e interconectados que sua falência poderia desencadear uma crise financeira global. Para esses G-SIBs, Basileia III impôs um **adicional de capital (G-SIB Surcharge)**, que varia de **1% a 3,5%** do CET1, dependendo do grau de sua importância sistêmica.

- ❑ Esse adicional visa cobrir os custos potenciais de uma falha de um G-SIB e incentivar esses bancos a reduzir sua complexidade e interconexão. É como exigir que os arranha-céus mais altos e importantes de uma cidade tenham fundações ainda mais profundas e sistemas de segurança mais robustos do que edifícios menores.

Essas medidas, combinadas, visam não apenas fortalecer os bancos individualmente, mas também reduzir o risco de contágio e proteger a economia global de futuras crises sistêmicas.

Liquidez: O Sangue que Mantém o Sistema Vivo

Se o capital é o "colchão" para absorver perdas, a **liquidez** é o "sangue" que mantém o sistema financeiro em movimento. A crise de 2008 demonstrou que mesmo bancos com capital adequado podiam entrar em colapso se não tivessem liquidez suficiente para honrar suas obrigações de curto prazo. Quando a confiança desaparece, os mercados de financiamento interbancário secam, e os bancos não conseguem rolar suas dívidas ou financiar suas operações diárias.

Analogia: Imagine um banco como um grande reservatório de água. Ele precisa ter água suficiente para atender às demandas diárias (saques de clientes, pagamentos entre bancos) e também uma reserva para emergências. Se o fluxo de entrada de água parar e o fluxo de saída continuar, o reservatório secará rapidamente, mesmo que tenha uma estrutura sólida.

A crise de 2008 foi exatamente isso: os bancos não conseguiam obter financiamento de outros bancos ou do mercado, e a "água" parou de fluir.

Novos Índices de Liquidez

Para resolver essa vulnerabilidade, Basileia III introduziu dois novos e cruciais índices de liquidez:

LCR Liquidity Coverage Ratio Índice de Cobertura de Liquidez Focado no curto prazo (30 dias)	NSFR Net Stable Funding Ratio Índice de Financiamento Líquido Estável Focado no longo prazo (1 ano)
--	---

Esses índices foram projetados para garantir que os bancos mantenham um nível adequado de ativos líquidos de alta qualidade para cobrir suas necessidades de financiamento em cenários de estresse, tanto no curto quanto no longo prazo. Eles representam uma mudança significativa na regulação, que antes se concentrava quase exclusivamente no capital, e agora reconhece a importância vital da liquidez para a estabilidade financeira.

LCR e NSFR: Garantindo a Solvência no Curto e Longo Prazo

Os dois índices de liquidez introduzidos por Basileia III são fundamentais para garantir que os bancos possam resistir a períodos de estresse de liquidez, tanto no curto quanto no longo prazo.

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O **LCR** exige que os bancos mantenham um estoque de ativos líquidos de alta qualidade (High-Quality Liquid Assets - HQLA) suficiente para cobrir suas saídas líquidas de caixa durante um período de estresse de 30 dias.

Os HQLA incluem caixa, títulos do governo e outros ativos facilmente conversíveis em dinheiro sem perda significativa de valor.

📄 Fórmula:

$$\text{LCR} = \frac{\text{Estoque de Ativos Líquidos de Alta Qualidade}}{\text{Saídas Líquidas Totais de Caixa em 30 dias de Estresse}}$$

Mínimo exigido: 100%

Pense no LCR como a sua reserva de dinheiro para pagar as contas essenciais por um mês, caso você perca sua fonte de renda. É uma medida de sobrevivência imediata.

Net Stable Funding Ratio (NSFR)

Já o **NSFR** aborda a estabilidade do financiamento a longo prazo. Ele exige que os bancos mantenham uma quantidade mínima de financiamento estável (capital e passivos com vencimento superior a um ano) em relação à liquidez de seus ativos e atividades fora do balanço.

O NSFR visa reduzir o risco de liquidez estrutural, incentivando os bancos a financiar seus ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

📄 Fórmula:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Quantidade de Financiamento Estável Disponível}}{\text{Quantidade de Financiamento Estável Requerida}}$$

Mínimo exigido: 100%

Se o LCR é sua reserva para um mês, o NSFR é como garantir que você tem um salário estável e contratos de longo prazo para cobrir suas despesas de longo prazo, como o financiamento da sua casa.

Comparação LCR vs NSFR

Conceito	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo Prático
LCR	Curto prazo (30 dias)	Basileia III	Banco mantém títulos públicos para cobrir saques inesperados de clientes em um mês de crise.
NSFR	Longo prazo (1 ano)	Basileia III	Banco financia empréstimos imobiliários de 30 anos com depósitos de clientes de longo prazo e capital próprio, não com empréstimos interbancários de 3 meses.

Juntos, LCR e NSFR formam uma dupla poderosa para proteger a liquidez dos bancos.

Desafios de Implementação e Adaptação Global

A implementação de Basileia III não foi um processo simples e uniforme. Embora o Comitê de Basileia estabeleça as diretrizes, cada país é responsável por transpor essas regras para sua legislação e regulamentação doméstica. Isso gerou uma série de desafios e variações na forma como Basileia III foi adotado globalmente. Pense em uma receita de bolo: a base é a mesma, mas cada cozinheiro pode ajustar os temperos e o tempo de forno, resultando em pequenas diferenças no produto final.



Complexidade

Um dos principais desafios foi a **complexidade** das novas regras. Os bancos precisaram investir pesadamente em sistemas de TI, modelos de risco e pessoal qualificado para calcular e reportar os novos requisitos de capital e liquidez. Isso representou um custo significativo, especialmente para bancos menores.



Impacto Econômico

Houve debates sobre o **impacto econômico** de Basileia III, com alguns argumentando que requisitos de capital mais altos poderiam restringir o crédito e desacelerar o crescimento econômico.



Harmonização Internacional

Outro ponto de atenção foi a **harmonização internacional**. Embora o objetivo fosse criar um campo de jogo nivelado, as autoridades nacionais tiveram flexibilidade para adaptar as regras às suas realidades locais.

- ❑ **Exemplo Brasil:** No Brasil, o Banco Central (BACEN) tem sido proativo na implementação das regras de Basileia, adaptando-as ao contexto do sistema financeiro nacional.

Essas adaptações, embora necessárias, podem criar diferenças sutis que afetam a competitividade dos bancos e a comparabilidade entre jurisdições. A constante evolução do cenário financeiro, com o surgimento de novas tecnologias e riscos, também exige que os reguladores estejam sempre atentos e dispostos a ajustar as regras, garantindo que Basileia III permaneça relevante e eficaz.

O Cenário Atual: De Basileia III a "Basileia IV"

A jornada de Basileia III não terminou com sua implementação inicial. O Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) continuou a refinar e aprimorar o framework, respondendo a novas análises e às dinâmicas do mercado. Essa fase de "finalização" de Basileia III, muitas vezes informalmente referida como "**Basileia IV**", representa um conjunto de reformas adicionais que visam complementar e fortalecer as regras existentes, abordando lacunas e garantindo maior consistência.



Principais Áreas de Foco da "Basileia IV"



Revisão das Abordagens Padronizadas

Redução da dependência de modelos internos dos bancos para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco (APR), introduzindo abordagens padronizadas mais robustas para risco de crédito, risco operacional e risco de mercado.



"Output Floor"

A introdução de um "piso" para os APR calculados por modelos internos. Isso significa que os APR calculados internamente por um banco não podem ser inferiores a uma certa porcentagem (geralmente **72,5%**) dos APR calculados usando as abordagens padronizadas.



Revisão do Risco Operacional

Substituição das abordagens existentes por uma nova Abordagem Padrão (Standardised Approach - SA) para o risco operacional, simplificando e tornando mais robusta a forma como esse risco é capitalizado.

Essas atualizações buscam aumentar a comparabilidade e a credibilidade dos requisitos de capital, reduzindo a complexidade e a opacidade que, por vezes, caracterizaram as abordagens anteriores. É como se, após construir um carro com novas regras de segurança (Basileia III), os engenheiros continuassem a testá-lo e a fazer ajustes finos para garantir que ele seja ainda mais seguro e que todos os carros sigam padrões mínimos de desempenho, independentemente da marca.

Riscos Emergentes

Além disso, o cenário regulatório atual está cada vez mais atento a **riscos emergentes**, como os riscos cibernéticos, os riscos climáticos (ESG - Environmental, Social, and Governance) e os desafios impostos por criptoativos e inovações em Fintechs. Embora não sejam diretamente parte de Basileia III/IV, esses riscos estão moldando a agenda futura dos reguladores e exigirão novas respostas e adaptações nos frameworks existentes.

Conectando os Pontos: Basileia III e a Gestão de Riscos

Basileia III não é apenas um conjunto de regras para os reguladores; ele tem um impacto profundo e direto na forma como os bancos gerenciam seus riscos internamente e como operam seus negócios. As exigências de capital e liquidez mais rigorosas forçaram as instituições financeiras a repensar suas estratégias, seus modelos de negócios e suas abordagens à gestão de riscos. É como um novo conjunto de regras em um jogo de tabuleiro: os jogadores precisam adaptar suas táticas para vencer.

A necessidade de manter mais capital de alta qualidade, por exemplo, influencia diretamente as decisões de investimento e empréstimo dos bancos. Atividades mais arriscadas que exigem mais capital podem se tornar menos atrativas, levando os bancos a buscar um perfil de risco mais conservador. Da mesma forma, os requisitos de liquidez (LCR e NSFR) incentivam os bancos a manterem ativos mais líquidos e a buscarem fontes de financiamento mais estáveis e de longo prazo, reduzindo a dependência de mercados voláteis.

Ferramentas de Gestão de Riscos

Para atender a essas exigências, a gestão de riscos dentro dos bancos se tornou ainda mais sofisticada. Ferramentas como o **Value at Risk (VaR)**, **Stress Testing** e **Análise de Cenários** ganharam ainda mais relevância.

$\frac{f}{dx}$

Value at Risk (VaR)

Ajuda a quantificar a perda máxima esperada em um determinado período e nível de confiança.



Stress Testing

Simula o impacto de cenários econômicos extremos (como uma recessão severa ou uma crise de mercado) na saúde financeira do banco.



Análise de Cenários

Explora uma gama mais ampla de eventos hipotéticos para entender as vulnerabilidades.

Essas ferramentas são cruciais para que os bancos não apenas cumpram as regras de Basileia, mas também para que tomem decisões estratégicas informadas, otimizando o uso de capital e garantindo a resiliência em um ambiente financeiro cada vez mais complexo. Basileia III, portanto, não é apenas uma obrigação regulatória, mas um catalisador para uma gestão de riscos mais robusta e proativa.

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim de nossa jornada por Basileia III, um marco regulatório que redefiniu a paisagem do setor bancário global após a crise de 2008. Vimos como as lições daquela crise impulsionaram a necessidade de um sistema financeiro mais resiliente, com bancos mais capitalizados e com maior liquidez. Basileia III, com seus requisitos de capital mais rigorosos (CET1, Tier 1, Total Capital), a introdução de buffers (CCB, CCyB), o índice de alavancagem e os índices de liquidez (LCR, NSFR), representa um esforço monumental para garantir que os bancos possam absorver choques e operar de forma segura, protegendo a economia global.

As reformas de Basileia III não foram estáticas; elas evoluíram para o que muitos chamam de "Basileia IV", com foco na finalização das regras, na redução da variabilidade dos APR e na garantia de maior comparabilidade. Além disso, o cenário regulatório continua a se adaptar a novos desafios, como riscos cibernéticos, ESG e o impacto das Fintechs e criptoativos. Compreender Basileia III é, portanto, essencial para qualquer profissional ou estudante que deseje navegar no complexo mundo das finanças e da gestão de riscos.

Em Prática

Para Estudantes

Entender Basileia III é crucial para compreender a estrutura de capital e liquidez dos bancos, temas recorrentes em finanças corporativas e mercados.

Para Candidatos a Concursos

O conhecimento detalhado dos acordos de Basileia é frequentemente cobrado em provas de instituições financeiras e órgãos reguladores.

Para Profissionais

Basileia III molda as decisões estratégicas dos bancos, desde a precificação de produtos até a alocação de capital e a gestão de portfólios de risco.

Autoavaliação

- Qual dos seguintes não é um objetivo principal de Basileia III? a) Melhorar a capacidade do setor bancário de absorver choques. b) Aumentar a alavancagem dos bancos para estimular o crescimento. c) Fortalecer a transparência e a disciplina de mercado. d) Melhorar a gestão de riscos e a governança dos bancos.
- O Common Equity Tier 1 (CET1) é considerado o capital de maior qualidade porque: a) É composto principalmente por dívidas subordinadas e bônus. b) Representa o capital que pode ser usado para absorver perdas sem acionar uma falência. c) É o capital que os bancos podem usar para investir em ativos de alto risco. d) É o capital que os reguladores podem confiscar em caso de crise.
- Qual índice de liquidez de Basileia III foca na capacidade de um banco cobrir suas saídas líquidas de caixa em um período de estresse de 30 dias? a) Net Stable Funding Ratio (NSFR) b) Capital Conservation Buffer (CCB) c) Liquidity Coverage Ratio (LCR) d) Leverage Ratio
- A "Basileia IV" refere-se principalmente a: a) Um novo acordo que substitui Basileia III por completo. b) A fase de finalização e aprimoramento de Basileia III, com foco em "output floors" e revisão de abordagens padronizadas. c) Um conjunto de regras para regular criptoativos e Fintechs. d) A criação de um novo comitê de supervisão bancária global.
- Explique a importância do Buffer de Capital Contracíclico (CCyB) no contexto da estabilidade financeira e como ele difere do Buffer de Conservação de Capital (CCB).

Gabarito: 1. b) | 2. b) | 3. c) | 4. b)

Próxima Aula

Na **Aula 26 – A Lei Sarbanes-Oxley (SOX)**, exploraremos outra peça fundamental da regulação financeira, focando na governança corporativa e na responsabilidade das empresas e de seus executivos, um complemento essencial para a estabilidade do sistema.

Recursos Adicionais

- Site do Banco Central do Brasil (BACEN):** Para acessar a regulamentação local sobre Basileia III e suas implementações.
- Site do Bank for International Settlements (BIS):** Para consultar os documentos originais do Comitê de Basileia e suas atualizações.
- Artigos acadêmicos e relatórios de mercado:** Para aprofundar a análise sobre os impactos e desafios de Basileia III.

NOTA IMPORTANTE: As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.